

ZERO

JORNAL LABORATÓRIO — DEPARTAMENTO DE COMUNICAÇÃO — UFSC — FLORIANÓPOLIS, ABRIL DE 1990



Jaques Mick

Uma viagem à Bolívia
terra do sol e da coca
Páginas 4 e 5

O CASO DO TÉCNICO DE FUTEBOL QUE TEM “BONS” AMIGOS NA IMPRENSA

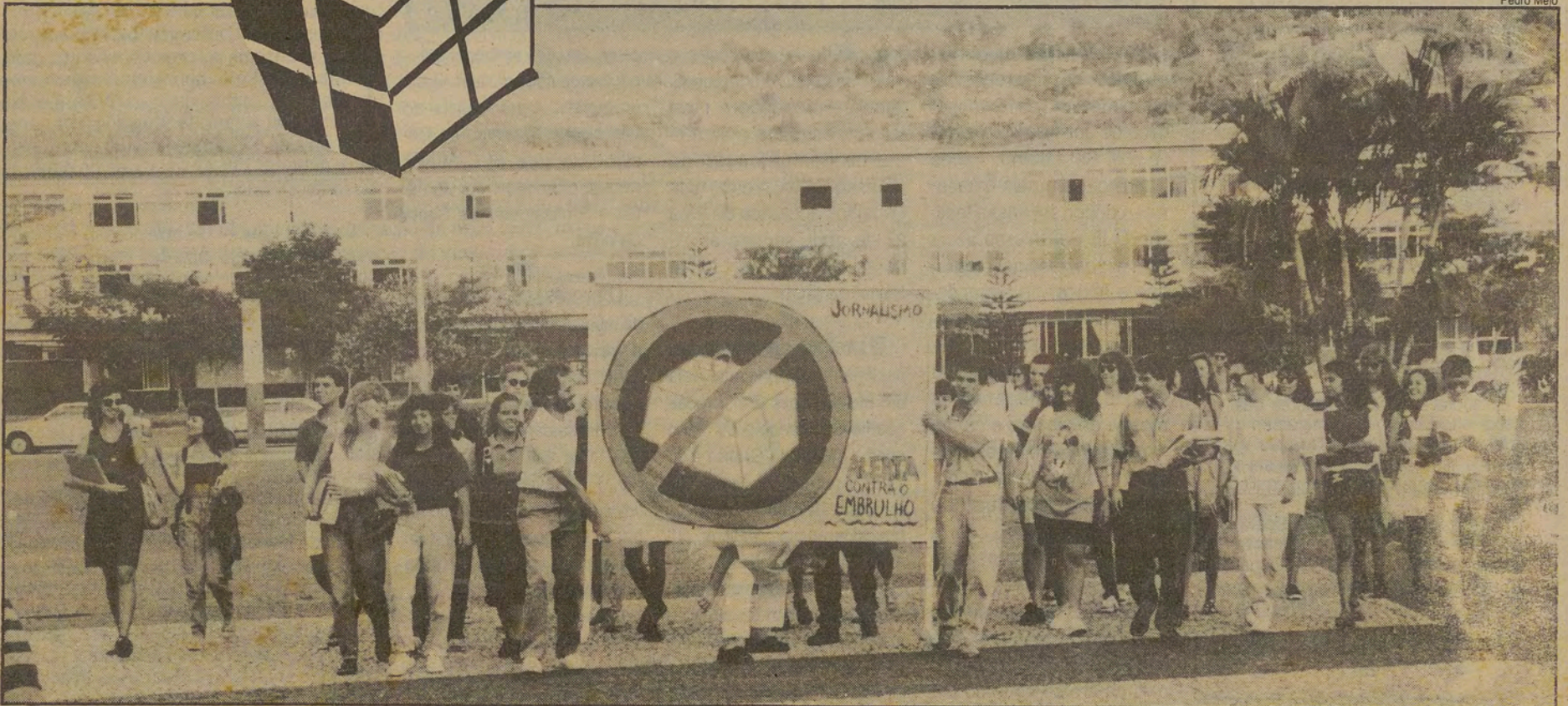
Última página



UFSC não sabe mais como continuar funcionando

Um caderno especial com os problemas, os problemas e os problemas da Universidade e da cultura

Pedro Melo



Alunos e professores do Curso de Jornalismo foram à Reitoria, no último dia 11, alertar contra o embrulho



Melhor
Peça Gráfica
I e II Set
Universitário
Maio 88
Setembro 89

ZERO

JORNAL - LABORATÓRIO

Uma publicação do Laboratório de Jornalismo Gráfico do Departamento de Comunicação e Expressão da Universidade Federal de Santa Catarina.

Reitor - Bruno Schlemper Júnior. Diretor do Centro de Comunicação e Expressão - Felício Wesling Margot. Chefe do Departamento de Comunicação - Ricardo Barreto. Supervisora do Laboratório - Aglair Bernardo. Coordenador desta Edição - Cesar Valente.

Este número contou com a participação dos seguintes alunos do Curso de Jornalismo:

Diagramação: Nilva Bianco (monitora), Fernando César Moskorz, Jeanine Bellini, Kátia Klock Scarduelli e Vivian de Albuquerque.

Edição: Ana Cláudia Menezes, Christiane Balbys, Cláudia Renata de Oliveira, Cláudio Toldo, Ednéia Pavei, Fabiano Melato, Geraldo Hoffman, Ivaldo Brasil Jr., Jacques Mick, Kátia Klock Scarduelli, Luciana Carvalho, Ozias Alves Jr., Pedro Saraiva, Roberta Meyer, Rosane Porto e Viviane Nuñez Sommer.

Fotografia: Fernando César Moskorz, Ivaldo Brasil Jr., Jacques Mick, Pedro Melo, Renata Marques de Avelar e Romir Rocha.

Laboratório Fotográfico: Romir Rocha e Pedro Melo

Arte: Frank

Textos: Carla Laviná, Cláudia de Oliveira, Daniela Aguiar, Elaine Tavares, Fabiane Flores, Geraldo Hoffmann, Gustavo Cabral, Ivaldo Brasil Jr., Márcia Dutra, Marina Pederneiras, Murilo Naspolini, Nilva Bianco, Pedro Santos, Pedro Saraiva, Rafael Masseli e Rosane Porto.

Colaboração dos professores das disciplinas Edição I, Planejamento Gráfico II, Redação III, Redação V, Técnica de Reportagem, Entrevista e Pesquisa Jornalística e Fotojornalismo I.

Correspondência: Caixa Postal 472, Departamento de Comunicação Social, Curso de Jornalismo, Florianópolis-SC. Telefone: (0482) 31-9215. 31-9490. Telex: (0482) 240. Telefax: 334069.

Circulação dirigida
Distribuição gratuita

UFSC e Fenaj
unem-se em programa
de aperfeiçoamento

Jornalismo recebe incentivo à pesquisa

Os alunos do curso de Jornalismo da UFSC são os únicos do País a ter uma nova alternativa de trabalho. Desde o dia 19 de março está em vigência um protocolo de cooperação, assinado por Armando Rollemberg, presidente da Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj) e o reitor Bruno Schlemper Jr da Universidade Federal de Santa Catarina, que criou o Programa Permanente de Pesquisa para o Aperfeiçoamento e Democratização do Jornalismo - PPPJ. O programa prevê também que professores e jornalistas desenvolvam pesquisas e outros trabalhos na área de Comunicação. Como uma de suas primeiras atividades desenvolvidas está a elaboração do anteprojeto de legislação complementar ao capítulo que trata da Comunicação, na Constituição Federal. Essa proposta será discutida em maio no Encontro Nacional dos Trabalhadores em Comunicação, no Rio de Janeiro. Aprovada, será encaminhado pela Fenaj, ao Congresso Nacional.

Em curto prazo, o PPPJ vai executar todo tipo de pesquisa em Comunicação, elaborar projetos para mídia impressa e eletrônica, realizar cursos e seminários além de oferecer bolsas para profissionais e criar linhas de pesquisa para estudantes e professores. Atualmente, encontra-se em fase de finalização, a edição de uma publicação com as palestras do I Seminário Latino-Americano de Jornalistas, realizado em setembro de 89 durante o

XII Intercom que, posteriormente serão distribuídas para todos os sindicatos da categoria e faculdades de Comunicação.

O Curso de Jornalismo, através do PPPJ, também vai estabelecer uma nova prática: devolver os professores às redações dos veículos de comunicação, para uma reciclagem profissional. A idéia se baseia nos cursos de verão que fazem os professores de faculdades de jornalismo norte-americanas. O professor trabalha no período de férias, de um a três meses, ganhando além do salário da universidade, outro pago pelo veículo que escolher, como estímulo pelas férias sacrificadas. "Nos Estados Unidos este procedimento é comum e tem obtido ótimos resultados", diz o professor Ricardo Barreto, Chefe do Departamento de Comunicação. "É preciso que as universidades brasileiras também adotem esta idéia, especialmente diante do processo acelerado de informatização dos grandes jornais brasileiros" completa, garantindo que vai defender a proposta junto à Reitoria.

O PPPJ tem uma comissão executiva formada pelos professores Luiz Alberto Scotti, Eduardo Meditsch e Francisco Karam, que podem ser substituídos ao longo dos cinco anos de vigência do protocolo e, um Conselho Consultivo formado por 13 jornalistas e professores, enviados de várias entidades representativas e universidades latino-americanas, sete deles do exterior.

RESUMO

Para divulgar e premiar os trabalhos produzidos pelos alunos, o Centro Acadêmico de Jornalismo promove o III Set Interno. Vários trabalhos, em seis categorias, concorrem nesse festival. O III Set Interno inicia com exposições de fotografias e textos, na segunda-feira, 23 de abril, e prossegue na terça-feira com rádio e projetos gráficos, na quarta-feira acontece a mostra de vídeos, e os audiovisuais serão apresentados na quinta-feira. O encerramento acontece no dia 27, sexta-feira, com a premiação e reapresentação dos ganhadores em cada categoria. A comissão julgadora de cada categoria contará com três profissionais da área, que terão co-

mo critério de avaliação o nível de criatividade, qualidade de produção e nível técnico, estrutura e eficiência da comunicação da mensagem. A mostra dos trabalhos acontece de 23 a 27 de abril, sempre às 20 horas, no curso de Jornalismo, no CCE.

O melhor da arte gráfica nacional e internacional está em Florianópolis. Em exposição no CIC desde o dia 11, o acervo da revista Gráfica e do Type Director's of New York mostram trabalhos de reconhecidos artistas gráficos, como Saulo Bass, Lubalin, Milton Glaser, Greg Spalenka, Miran, Russelot e Robert Giusti. A revista Gráfica é editada em Curitiba e foi citada pela editora japonesa Kodansha, em 1988,

como uma das melhores publicações de comunicação visual do mundo. A promoção é do Laboratório Brasileiro de Desenho Industrial, FCC, Museu de Arte e Sindicato dos Jornalistas Profissionais de Santa Catarina.

O professor Américo Ishida, chefe do Departamento de Arquitetura e Urbanismo (DAU), com seus alunos, armaram uma lona no campus da Universidade entre os dias 02 e 11 de abril deste semestre (90.1). "O evento, simulando um circo, pretendeu demonstrar a interação do indivíduo, seu espaço, com o lado afetivo e emocional. O LÁ NA LONA, extrapolou a funcionalidade e a racionalidade, introduzindo-se uma nova pedagogia", afirmou o professor Américo.



O presidente da Fenaj, na UFSC.

Rollemberg destaca luta pelo direito à livre comunicação

Murilo Naspolini

Em conferência no Curso de Jornalismo da UFSC, o presidente da Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj), Armando Rollemberg, destacou dois acontecimentos de repercussão internacional decorrentes da importância que a comunicação assumiu neste fim de século. Primeiro, a paralisação de 24 horas dos jornalistas italianos contra a concentração (superior a 50%) dos meios de comunicação nas mãos de Silvio Berlusconi, empresário multinacional. Segundo, a instalação do novo governo romeno através da televisão, após o fuzilamento do ditador Nicolae Ceausescu.

Os dois exemplos citados por Rollemberg têm em comum a luta pelo direito à livre comunicação e a liberdade de opinião. O presidente da Fenaj apontou que os meios de comunicação não devem ser controlados pelo poder estatal ou tão pouco pelos monopólios privados. "O que interessa é o pluralismo, devemos lutar pela sua permanência. Nos últimos 15 anos foi impressionante a concentração dos meios de comunicação através das barganhas políticas", afirmou Rollemberg, citando a família do presidente Fernando Collor de Mello como exemplo típico. Pedro de Mello, irmão do presidente, é dono do principal jornal de Maceió (AL), uma emissora de TV, duas de rádio e uma editora, detendo 75% de toda a verba publicitária do Estado.

Concessões — De acordo com Rollemberg, a luta pelo fim das concessões do governo passa pela mudança da legislação. "Na Constituinte", afirma, "embora não se tenha conseguido democratizar o direito à comunicação, o primeiro passo foi estabelecer que a questão deva ser submetida à apreciação do Congresso Nacional". Mas ironicamente, segundo o presidente da Fenaj, os congressistas têm sido os grandes beneficiários das concessões de rádio e TV.

Rollemberg lembrou que, apesar do caráter consultivo, caberá ao Conselho Nacional de Comunicação (criado pela atual Constituição) a tarefa de apresentar propostas de leis complementares que modifiquem a atual estrutura. Entre tantas reivindicações está a descentralização da produção e programação cultural, artística e jornalística e o estímulo à produção independente.

*Uma longa novela que
polui o ambiente e
expõe incompetências*

No ar - ainda - o lixo da capital



Cláudia de Oliveira (*)

O lixo de Florianópolis continua esperando que mais uma das soluções propostas derrube as barreiras político-técnico-ecológicas para ser concretizada. Desta vez, o impasse está posto pela briga entre a Prefeitura de Paulo Lopes — que está disposta a hospedar um aterro sanitário que substituiria o de Itacorubi — e um conjunto de entidades que apóiam a Associação Ecológica Pró-Paulo Lopes.

Existe um outro detalhe fundamental: a licença concedida pela Prefeitura de Paulo Lopes refere-se à instalação do aterro sanitário condicionada à subseqüente construção de uma usina de reciclagem num prazo máximo de 180 dias. Caso a usina não esteja pronta neste prazo o prefeito vai cancelar a licença. Mesmo que tudo seja feito dentro do prazo, a futura administração de Paulo Lopes poderá não aceitar mais o lixo em sua cidade e recusar-se a renovar a licença. Isso mostra que a idéia do aterro serve mais como solução temporária do que efetiva na solução do problema do lixo em Florianópolis.

O Lixão do Itacorubi, o fétido criadouro florianopolitano de ratos e urubus, vem desde 1956 contaminando o mangue e incomodando a comunidade local. A população, cansada das promessas dos políticos e do mau cheiro constante, acreditou que a história está chegando ao fim quando o então prefeito de Florianópolis, Edison

Andrino, assinou em 88 um convênio com o prefeito Germano Vieira, para a construção de uma usina de reciclagem de lixo no município de São José.

O mandato de Andrino acabou e o problema do Itacorubi não foi resolvido. A usina foi construída em São José, mas a Câmara de Vereadores do município aceitou somente que os detritos dos bairros do Continente fossem reciclados. Assim o Itacorubi continuava a receber os detritos ilhéus.

Feitas as devidas pressões políticas, a Câmara dos Vereadores de São José acabou por aceitar o designio de reciclar o lixo de toda a capital, realizando a construção de uma outra usina e a pavimentação de uma via de acesso até o local.

Com a posse de Esperidião Amin em janeiro de 89 na prefeitura de Florianópolis, surge um impasse político com a Câmara de São José. A usina que funcionava há onze meses foi abandonada.

Para resolver o problema do lixo, Amin optou pela instalação de um aterro sanitário na localidade de Sorocaba, município de Paulo Lopes. A prefeitura pode não gastar tanto com o aterro de Paulo Lopes quanto gastaria com as usinas de São José, e com a iniciativa privada controlando o setor a solução a ser buscada pode não ser tão fácil e barata.

Nascente aterrada — Em meio a tudo isso, a COMCAP se mantém otimista. Segundo o engenheiro encarregado do assunto, Wolfgang Roedel, a solução do aterro é mesmo um adiamento do proble-

ma. Enquanto isso, a companhia continuará a implantação do tratamento descentralizado do lixo.

Mas os problemas relacionados ao aterro sanitário não se restringem ao plano político-econômico. Pelo contrário, o aspecto mais criticado e polêmico do projeto está relacionado a outro fator: o caráter anti-ecológico do aterro. Isso porque, o local escolhido para sua instalação vai aterrar uma das nascentes do rio da Madre. Esse problema se refletirá não só na pesca como também no turismo, já que o rio ao desembocar no mar, molda as ondas de um dos melhores lugares do país para a prática do surf: a Guarda do Embaú.

Cientes de todos esses problemas, algumas entidades se mobilizaram para tentar evitar conseqüências mais graves às comunidades. Os moradores de Paulo Lopes foram os primeiros a se manifestar criando a ASSEPA.

Para defender a instalação do aterro, o prefeito de Paulo Lopes ressalta a importância sócio-econômica, pois segundo ele, a ida do lixo para o município aumentará a arrecadação de impostos e vai gerar novos empregos.

Decisão difícil — A Fundação de Amparo à Tecnologia e ao Meio Ambiente (FATMA), tem sido pressionada pela UFECO e a ASSEPA, para que não libere três licenças que requerem estudos a respeito do local e vistorias técnicas para fiscalização das obras. O corpo técnico da FATMA está analisando e discutindo atualmente o projeto de instalação do

aterro.

A Fundação se encontra em uma situação delicada: pressionada de um lado pelas lideranças políticas favoráveis ao aterro, aliadas à força da iniciativa privada, e por outro pelas entidades ecológicas e comunitárias, com o apoio de alguns políticos de esquerda. O órgão tem em suas mãos uma decisão difícil, que pode custar-lhe muito mais que uma assinatura.

O Lixão do Itacorubi não pode mais continuar recebendo detritos. Há necessidade de uma solução definitiva para o problema. O aterro de Paulo Lopes, como os próprios precursores do projeto admitem, é uma solução temporária que apenas adia o inevitável: a criação de um programa eficiente que dê um fim definitivo à questão do lixo.

A solução final que os estudiosos aprovam é de que os detritos têm que ser reciclados e reaproveitados, uma vez que a escassez dos recursos naturais e o desenvolvimento econômico alcançado pelo homem hoje em dia, possibilita a reutilização quase total dos materiais contidos no lixo, de forma rentável e sem causar danos ao meio ambiente.

Agora, caso as entidades contrárias ao aterro não consigam impedir sua instalação, só resta cobrar da FATMA a devida fiscalização das obras, para que o desastre ecológico não aconteça nas dimensões que se imagina.

(*) Com Gustavo Cabral.

Terra do deus Sol é outro
Vietnã para os EUA, mas os
cocaleros decidem resistir

Folha de coca é arma dos bolivianos na guerra antidrogas

Geraldo Hoffmann

A folha de coca que o índio boliviano masca há centenas de anos para amortecer a fome transformou-se em meio de subsistência e símbolo de uma velha luta contra opressores. Em janeiro deste ano, cinco mil quetchuas e aymaras se reuniram no Valle Sajta, região tropical de Chapare, no Departamento de Cochabamba, para lançar uma ofensiva à "guerra antidrogas" deflagrada pelos governos da Colômbia, do Peru e da Bolívia, sob patrocínio dos Estados Unidos, que querem erradicar a planta para combater o narcotráfico — como se fosse preciso matar a vaca para acabar com os carrapatos.

Faz uns dez anos que a coca começou a dar Ibope na imprensa internacional, mas, segundo a lenda inca, as plantações surgiram há pelo menos 500 anos. Era o tempo de Atahualpa, o último inca. Ele sentou-se numa colina que dominava o lago sagrado contemplando suas riquezas e, quando viu que se aproximavam os conquistadores, jogou-as nas profundezas do lago. Um velho sábio, adivinho e depositário do Templo do Sol, Khana Chuyma, rezou: "Te peço, meu pai, algo que nos ajude a suportar a escravidão e as penúrias que nos esperam".

OURO BRANCO

Os espanhóis torturaram o rei, por seu atrevimento, e escravizaram seu povo. Igual sorte teve Khana Chuyma, cujo pedido o deus Sol ouviu e disse: "Vês essas plantas de folhas verdes e ovaladas que fiz brotar? Suas folhas darão a teu povo forças para suportar a tirania. Mastiguem-nas e aliviarão suas enfermidades, prevenirão o futuro e serão salvos de suas penas. Mas advertiu o deus Sol — quando o homem branco se atrever a utilizá-la, será vício degradante e sua destruição. Esta planta é o legado que lhes deixo. Cuidem para que não se extinga".

Os espanhóis também levaram a prata; os ingleses, o estanho, e, de olho no petróleo do sul, fabricaram a Guerra do Chaco, entre Bolívia e Paraguai, de 1932 a 1935, que lançou as sementes do ciclo da droga. Os prisioneiros da guerra abriram a primeira estrada de barro ao Chapare tropical, nas bordas da selva amazônica. A região, antes só habitada pelos Iuras, tornou-se refúgio dos quetchuas e aymaras expulsos do altiplano, primeiro, pelos latifundiários, e, depois, por uma reforma agrária mal orientada após a Revolução Popular de 1952.

PÉ-DE-OBRA

O imperialismo inglês cedeu lugar à crescente influência norte-americana na economia e na política da Bolívia. A que-

da do preço do estanho (principal produto de exportação, substituído por sintéticos) deixou algumas cidades fantasmas no altiplano e submeteu milhares de mineiros à miséria e à fome. Muitos deles buscaram emprego na indústria da droga. Nas décadas de 60 e 70, os pequenos agricultores, abandonados à própria sorte pelo governo, intensificaram a produção de folhas de coca. A agressiva procura estrangeira — principalmente norte-americana — pela cocaína também ajudou a aumentar as plantações.

Um choque liberal aplicado na economia pelo ex-presidente Paz Estenssoro, em 1985, fechou mais de 100 empresas e causou a demissão de mais de 50 mil mineiros e operários. Resultado: hoje existem entre 60 e 70 mil famílias que cultivam coca e pelo menos 500 mil bolivianos sobrevivem dos US\$ 2,3 bilhões ano gerados pelos negócios da droga (mais da metade do PIB), dos quais apenas US\$ 600 milhões ficam no país (valor igual ao total das exportações). Envolve desde produtores de folha, intermediários financeiros e comerciais, químicos, guarda-costas, pilotos e a própria mão-de-obra ou "pé-de-obra" — os pisadores.

LEOPARDO

Chapare é segunda maior zona produtora de coca do mundo, depois do Alto Huallaga, no Peru. São 70 mil hectares cultivados que, junto com os 12 mil de Los Yungas (a 400 km de La Paz), produzem 140 mil toneladas de folha por ano. O governo diz que 80% dessa produção segue para os 200 laboratórios processadores da pasta básica que teriam também refinado 90 toneladas de cocaína no ano passado. Para cada quilo da "branca" são necessários 300 a 350kg de folhas.

Mas nem só de coca vive a Chapare. O secretário de cultivo da Federação dos Produtores da Folha, Evo Morales, conta que até 1986, vendia mais arroz que coca. Naquele ano, o governo assinou um convênio com os EUA para fazer desaparecer as plantações em três anos, junto com Colômbia e Peru. Mandou os agricultores plantarem batata, banana, café, cacau, milho, cítricos, aipim, feijão e arroz. Prometeu "mundos e fundos" em ajuda externa à substituição do cultivo, mas até hoje, no Chapare, ninguém viu a cor do dinheiro.

Vieram só as pragas de 30ha de coca envenenados por herbicidas, os massacres de trabalhadores pelos "leopardos" da Unidade Militar de Patrulhamento Rural (Umopar) treinada por agentes do exército americano e o estado de sítio. Veio também a pior das pragas: a abertura do mercado à livre importação, que faz um cacho de banana valer uma Coca-cola e transforma o país numa zona fran-



A coca destruída pelos leopardos jaz sobre o tronco. Para os plantadores, o governo se rendeu aos EUA e merece ser queimado, como o boneco

ca, um imenso "camelódromo".

Santa Cruz, Cochabamba, La Paz têm mais bancas de camelô que casas. Difícil é encontrar um produto boliviano. Índios de rostos cor da própria terra disputam o pão entrincheirados em latas de guloseimas de todo o mundo, principalmente do Brasil e da Argentina. "Por favor, compre senhor", suplicam num tom choroso. Mulheres accoradas nas calçadas fazem das típicas saias rodadas o tabuleiro de bugangas - balas, chocolates e chiclete, — uma fábrica de cáries que começa a substituir o hábito secular de mascar folha de coca.

O comércio ambulante move uns US\$ 500 milhões/ano, boa parte "narcodólares" lavados. São raros os vendedores ambulantes da folha (1kg custa Cr\$ 10,00), mas não faltam descendentes do deus Sol (que deu nome à moeda boliviana até 1986) dedicados ao câmbio de "narcodólares". Cerca de 80% da oferta de divisas

no mercado livre do dólar provém dos negócios da coca. Bolívia certamente é o único lugar do mundo onde o dólar na rua é mais barato (2,9 intis) que no banco (3,0 intis - em janeiro).

INVASÃO IANQUE

O plano trienal que acabaria com a coca e indenizaria os produtores com US\$ 2 mil por hectare jamais saiu do papel. A não ser em seu aspecto repressivo. Desde 86, soldados americanos, feito policiais do mundo, participam de manobras militares com a forças armadas bolivianas, que instalaram no Chapare o quartel general dos "leopardos" (assim chamados por causa do uniforme camuflado) para tentar erradicar os "cocaleros" à força. Invadem plantações, apreendem folhas de coca dos camponeses para impressionar as autoridades, farejam todos os carros para ver se não transportam químicos (acetona,



Fotos Jacques Mick

querosene) usados na produção da pasta base, mas não vêem os aviões dos narco que pousam e decolam na estrada principal da região.

Os agricultores se defendem como podem. A Central Obrera Boliviana (COB) e a Igreja denunciam que a presença militar dos EUA faz parte de uma estratégia mais ampla de controle militar e político sobre governos e organismos populares violando a soberania do país. Há quartéis no campo, no centro das cidades e nas minas. "Como querem defender o país de ataques dos estrangeiros que fazem escárnio dos nossos recursos naturais?", pergunta David Garcia Surco, dirigente da COB. "Estamos próximos de uma invasão norte-americana como a que ocorreu no Panamá", alerta Guido Tarqui, da Confederação de Colonizadores.

O temor de Guido estava estampado no rosto daqueles índios que caminhavam até 10 Km para participar da manifes-

tação de 14 de janeiro. Mascando folha de coca, envoltos em capas de plástico - sobras da cobertura dos barracos para se proteger da chuva que mais parece um dilúvio —, ouviram e aplaudiram com palavras de ordem discursos em quetchua contra a ocupação do país pelos EUA. No final, queimaram um boneco simbolizando a figura do invasor e ergueram um cartaz que resistiu à chuva: "Los produtores de coca de Bolívia oprimidos, perseguidos e castigados; pero jamás submetidos al dominio del imperialismo yanque".

ABELHAS

A única presença do Estado no Chapare é o exército. Os moradores daquelas casinhas de palha ao rez do chão só têm direito à escolas, postos de saúde, serviços de água, luz e transporte porque eles mesmos fazem, através da federação. "Somos governo também, só não podemos dar assistência creditícia e promover o desen-

volvimento agroindustrial", diz Evo Morales. A agropecuária local é de subsistência. A produção agrícola da Bolívia caiu 3% na safra 88-89 e o próprio ministro dos assuntos camponeses, Mauro Bertero, reconhece que apenas 6% dos 650 mil pequenos produtores tiveram acesso ao crédito agrícola.

Nas áreas em que a planta de coca foi arrancada à força, o governo não fez nada, até agora. A ONU mandou US\$ 22 milhões para 26 experiências - piloto de substituição do cultivo, incluindo projetos de criar abelhas e peixes. É uma mixaria diante dos US\$ 261 milhões que os EUA prometem usar este ano na guerra antidrogas na Colômbia, Peru e Bolívia. A Itália também oferece US\$ 8 milhões para localizar os narco através de radares. Os cocaleros querem ver os recursos externos aplicados no Plano Integral de Desenvolvimento Alternativo e Autosustentado (Prois), que existe no papel desde 88 e voltou a ser citado pelo presidente Paz Zamora, na cúpula antidrogas, em Cartagena, Colômbia, no início de fevereiro.

Zamora, no entanto, parece dividido entre o Pydis e a propaganda de George Bush de erradicar a coca. Acaba de transformar plantações da folha em parques de proteção ambiental. Expulsou os cocaleros e agora teme a vinda do Cartel de Medellín, que já tem uma filial informal na Bolívia. Os cocaleros avisam que, se não for cumprido o Pydis, anulado o decreto sobre produtos controlados que os confunde com os narco e retirado o exército, vão resistir até a morte. E continuam plantando coca para sobreviver. "Estamos aqui porque na cidade não temos nada para comer, nem emprego", argumenta o ex-mineiro Justo Flores, plantado entre 10 mil pés de coca.

O PODER DOS NARCO

A lavoura de folha rende bem mais que a de batata e café. É de difícil substituição, ainda mais em terrenos cansados. A planta dura mais de 30 anos e produz até quatro vezes por ano. Ocupa milhares de camponeses, não precisa de máquinas e fertilizantes importados. Todo mundo sabe plantar, aprendeu com os índios. Dá para carregar nas costas, é leve, e tem mercado: o governo boliviano compra para fazer chá; a Pepsi-Cola usa para fazer o "sabor de vencer" e há 20 milhões de consumidores de cocaína só nos EUA.

Os líderes camponeses concordam com a tese de um professor americano, Lester Thurow, de que a indústria da droga só desaparece quando seus produtos não têm mais demanda. É o que pensa também o ex-presidente Walter Guevarra Arce, segundo o qual, "enquanto houver em qualquer parte do mundo — de

preferência nos EUA — alguém disposto a pagar por cocaína, sempre haverá alguém, em alguma parte do mundo — de preferência na Bolívia — disposto a produzi-la e comercializá-la".

INCAS EM NOVA IORQUE

Os Estados Unidos ainda insistem em tentar revogar a lei da oferta e da procura através da polícia. Montam na América Latina bases militares parecidas com as da Guerra do Vietnã. Prendem e extraditam narcotraficantes. Esquecem, porém, de mandar tropas nacionais à Califórnia, onde se colhe anualmente nove mil toneladas de maconha, ou a Burma, onde produzem 1,3 mil ton. de ópio por ano. Um colunista do jornal Los Tiempos, de Cochabamba, chegou a sugerir, em tom de ironia, o envio de tropas bolivianas para combater o consumo de drogas nos EUA.

Outro jornalista de Los Tiempos, Wilson Garcia, revela que o confronto polícia/narcotraficantes é uma piada, só fachada. Não existe — diz — funcionário de primeiro escalão do governo, general ou político, que não tenha alguma ligação com o tráfico. A começar pelo vice-presidente, Hugo Banzer, arquiinimigo de Zamora que de repente ficou bonzinho, mas não perdeu o apelido de "pai dos narco", título que a imprensa já transferiu para o prisioneiro Roberto Lopes.

Um pesquisador boliviano, Manuel Gonzalo Chaves Alvarez, atualmente professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro, dimensionou, em recente artigo nos Cadernos do Terceiro Mundo, o poder político do narcotráfico: "Os barões da droga formam uma nova burguesia ilegítima, criam territórios livres. A divisão administrativa da nação é substituída por zonas produtoras de drogas, divididas de acordo com os interesses da máfia e onde as leis, a autoridade e até mesmo a moeda nacional não têm validade. Originam-se aí empresários delinquentes, narcopolíticos, narcoguerrilheiros a autoridades militares corruptas, que convivem com a fome e a miséria de seus povos".

Um exemplo: em julho de 1980, o general Garcia Meza e o coronel Arce Gomes, acusados como traficantes, aplicaram um dos mais duros golpes de Estado dos 189 que a Bolívia sofreu em 155 anos de independência. Alvarez também dá a chave para decifrar a guerra antidrogas: os barões do narcotráfico "enfeitam" sua atividade com uma pretensa ideologia nacionalista e antiimperialista. Os narcóticos representam, tal como o petróleo para os países árabes, uma arma de libertação da América Latina e destruição interna dos EUA. E, na falta de Noriegas, os índios pagam a conta da guerra.

*Dominação pela
África do Sul acaba
depois de 71 anos*

Namíbia renasce livre e democrática

Pedro Santos

O mundo assistiu, no último dia 21 de março, ao nascimento da mais jovem nação da África: a Namíbia. O fato marca praticamente o fim do colonialismo no continente e traz esperanças sobre a possibilidade de se instaurar um clima de paz na África austral. Agora só falta a desocupação do Sahara Ocidental pelo Marrocos, que substituiu a Espanha depois de 1975.

A data coincide com o aniversário do massacre de Sharpeville, quando em 1960 a polícia assassinou 69 manifestantes negros sul-africanos. Assinala também a jornada internacional de luta contra a segregação racial. Em homenagem a estes acontecimentos, o recém-criado Parlamento namibiano decidiu antecipar a independência, inicialmente prevista para o dia primeiro de abril.

A ONU "orgulha-se pelo cumprimento da resolução 435/78 do Conselho de Segurança, sobre a autodeterminação e independência da Namíbia", afirmou Javier Perez de Cuellar, secretário geral das Nações Unidas, momentos antes de empossar Sam Nujoma, o primeiro presidente do país. Nujoma foi o líder da Organização do Povo do Sudoeste Africano (Swapo), antes movimento de guerrilha e atualmente partido majoritário no Parlamento, com 41 cadeiras contra as 31 da oposição.

Na ocasião, o presidente Frederik De Klerk, da África do Sul, declarou-se disposto a dialogar com todos os líderes da região, visando a instauração da paz na África austral. A declaração foi saudada pelas novas autoridades namibianas e pelos governantes da chamada "Linha da Frente" — grupo de países circunvizinhos à África do Sul, criado exatamente para ajudar no combate ao racismo.

A Namíbia nasceu com a vantagem de ser uma das poucas democracias africanas — pelo menos nos moldes ocidentais — com o sistema multipartidário, uma Assembléia bicameral e com os três poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário) autônomos. Para alcançar a independência, o povo namibiano teve que enfrentar duras provações impostas pela África do Sul, desde que assumiu a tutela e depois decidiu anexar o território, logo após a I guerra mundial. Mas a "escravidão" da Namíbia não é de hoje. Em 1985, quando as potências europeias dividiram a África, os alemães ocuparam oficialmente o território, batizando-o pelo nome de Sudoeste Africano.

Os nativos resistiram à ocupação, mas a força das armas falou mais alto que as lanças dos Ovambo, Nama, Herero e outras etnias locais. Historicamente famosa, ficou a repressão de 1904, que acabou numa estatística dramática: 123

brancos e cerca de 60 mil nativos mortos.

Após a I guerra mundial, a Sociedade das Nações autorizou a África do Sul a ocupar a Namíbia, convencida de que resultaria na libertação dos negros namibianos da opressão alemã. Da suposta libertação, os namibianos acabaram caindo num dos piores regimes de opressão que o mundo já conheceu. Amparado pela Inglaterra, o governo sul-africano apoderou-se de tudo e confinou os nativos às regiões mais restritas e inóspitas para a atividade produtiva. Logo após a II guerra mundial, a ONU rejeitou o pedido da África do Sul de considerar a Namíbia anexada de fato ao seu território. A posição das Nações Unidas não intimidou o governo de Pretória. O alvoroço nacionalista em todo o continente favoreceu o surgimento de movimentos, como a Swapo, reivindicando a soberania do território. Em 1973, o movimento é reconhecido pela Organização da Unidade Africana (OUA) e pela ONU, como "único representante autêntico do povo namibiano".

O reconhecimento da Swapo não só legitima a luta dos namibianos como abre o caminho para uma ação mais intensa das organizações anti-racistas e anticoloniais. A pressão foi tanta, que Pretória, impulsionada pela visão política do presidente De Klerk, acabou aceitando negociar a independência.

A Namíbia (a palavra significa "cerca do" no idioma Nama e refere-se ao deserto

de Namibe) tem ainda um desafio que os governantes terão que enfrentar: a recuperação do porto de Walvis Bay, anexado pela Grã-Bretanha em 1878 e incorporado a sua colônia do Cabo. As autoridades sul-africanas insistem que, historicamente, a área lhes pertence, pois assim ignoram qualquer tentativa de integrá-lo à nova nação.

Formada sobretudo por planaltos, a Namíbia inclui dois desertos: o Namibe, com uma faixa de cerca de 120 quilômetros ao longo da costa, e o Kalahari, ao longo da fronteira com Botswana. Mais de 70% da população vive no norte do país. Além de 11 dialetos, os namibianos falam o "afrikaans", o inglês e o alemão. A capital Windhoek (canto do vento, em afriakans) sintetiza as relações socio-econômicas típicas da segregação racial sul-africana: os brancos no centro, usufruindo de toda a "mordomia", enquanto a maioria negra fica restrita aos guetos.

Vencida a luta pela independência, os novos líderes da Namíbia têm agora um outro abacaxi para descascar: garantir a integração social e racial, sem ferir o desenvolvimento progressivo que tem marcado o país. Outro desafio, nada agradável, será a convivência com os governantes africanos, cuja maioria faz apologia ao monopartidarismo e, conseqüentemente, ao alinhamento da sociedade aos detentores do poder.

Eleições em SC

Definições lentas

Rafael Masseli

Se o eleitor catarinense tivesse que escolher hoje o próximo governador, estaria num beco sem saída: ou votaria na União por Santa Catarina, que lançou a dobradinha Vilson Kleinübing e Antônio Carlos Konder Reis ao governo, com Esperidião Amin ao senado, ou anularia o voto. Isso porque os outros partidos ainda não mostraram suas chapas majoritárias.

A Frente Progressista, formada pelo PDT, PT, PSDB, PSB, PCB e PC do B, entretanto, já lançou a candidatura do senador Nelson Wedekin (PDT) para governador e a de Eurides Mescolotto (PT) para vice. Para o senado, o nome mais cotado é do ex-senador Jaison Barreto (PSDB), que seria con-

firmado na reunião dos tucanos no dia primeiro de abril. Mas para complicar, o PSDB resolveu definir seu destino na eleição através de uma prévia que será realizada no próximo dia 29, onde os 18 mil militantes do partido vão decidir se lançam a candidatura do senador Dirceu Carneiro ao governo — ou se apoiam a Frente Progressista, com Jaison Barreto disputando o senado.

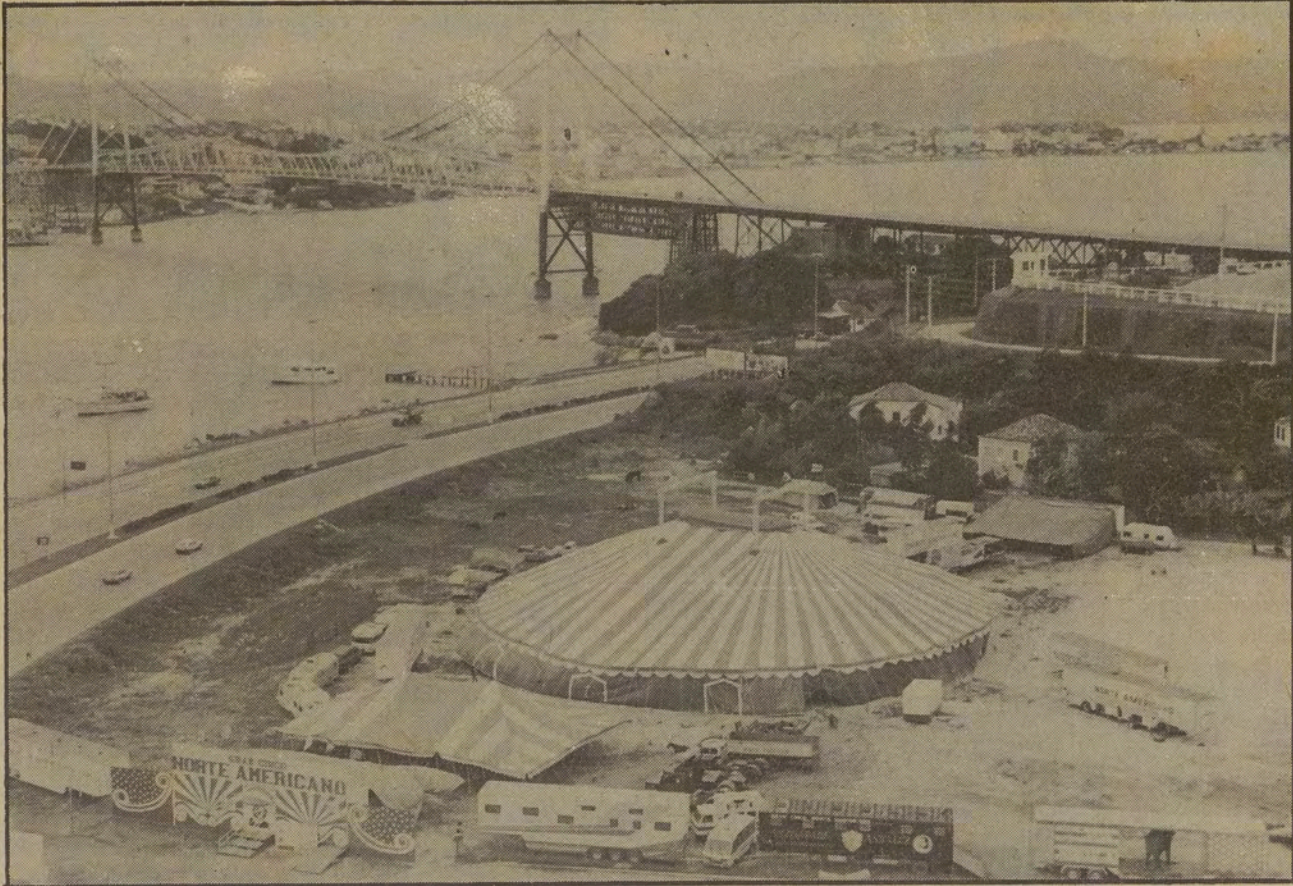
Do lado do PMDB, o quadro é ainda mais confuso. O candidato natural do partido era o vice-governador Casildo Maldaner. Mas com a morte do governador Pedro Ivo Campos, Casildo assumiu o governo e tornou-se inelegível. Sobrou espaço então para as candidaturas do ex-secretário da Fazenda, Paulo Afonso Vieira, e a do ex-minis-

tro da Ciência e Tecnologia do governo Sarney, Luís Henrique da Silveira. O primeiro deseja uma prévia para que o partido escolha democraticamente o candidato. Já Luís Henrique só aceita o cargo desde que seu nome venha de um consenso, ou seja, sem prévias. Vale lembrar que as medidas econômicas tomadas pelo governador Casildo Maldaner deixaram o nome de Paulo Afonso desgastado.

O PRN também não definiu seus candidatos. O presidente do partido em Santa Catarina, Heitor Sché descartou qualquer possibilidade de apoiar a chapa da União por Santa Catarina. Ao contrário, fez duras críticas a Kleinübing e Amin, afirmando por exemplo que eles "nunca assumem

responsabilidade política, e que sempre tiram o corpo fora". Além disso, Heitor Sché já confirmou seu nome como candidato ao governo, e espera ter pelo menos o presidente Fernando Collor de Mello como principal cabo eleitoral, já que as bases do partido preferem a União por Santa Catarina.

A novidade na eleição estadual deste ano é que será em dois turnos; o primeiro no dia 3 de outubro e o segundo em 25 de novembro. Mas os candidatos devem ser registrados até 25 de julho. Enquanto os demais partidos não definem suas chapas, Kleinübing faz campanha desde que disputou a prefeitura de Blumenau em 88. E acaba de relançar seu "Plano 90", o mesmo que foi derrotado por Pedro Ivo Campos em 1986.



Risos e cambalhotas sob a lona

Daniela Aguiar

O circo é palco de muitas emoções, sentimentos e fantasias. As trapalhadas do palhaço, o malabarismo do equilibrista ou os truques do mágico despertam o riso, a aventura, o medo e o mistério.

O espetáculo circense possui uma linguagem universal que supera as fronteiras do nacional ou regional, já que os sentimentos explorados são os mesmos em qualquer parte do mundo. Parte do seu fascínio se explica pela tentativa constante de superação dos limites do ser humano: o domador que domestica a fera, ou o homem que trabalha seu corpo vencendo os obstáculos da altura e do medo. O circo está envolvido numa aura de mistério e exotismo que atrai a todos, independente da idade.

Mas o sucesso do circo não é de hoje. Não se tem data precisa de seu surgimento, mas sabe-se que Tarquínio ordenou a construção do Circo Máximo, em Roma, por volta de 50 a.C. O circo moderno, com apresentações em recinto fechado, data de final do século XVIII, quando os espetáculos tornaram-se estruturas empresariais, onde a cultura popular passou a ser vista como um bem a ser comercializado.

Atualmente, esta atividade sobrevive na modernidade com todos os avanços tecnológicos e científicos e com a presença massificadora da televisão. O segredo é a constante evolução e aperfeiçoamento de técnicas, como se pode verificar nos grandes circos, onde são utilizadas modernas aparelhagens de som e iluminação. Os produtos consagrados pela indústria cultural são adaptados ao espetáculo

circense. Um exemplo são as músicas das paradas de sucesso que acompanham as apresentações.

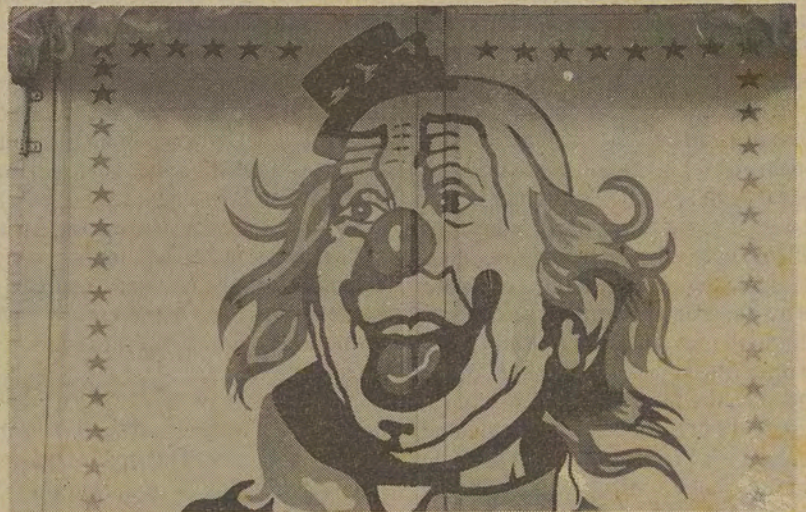
Nomadismo — Quem escolhe a vida de circo sabe que não terá pouso fixo. As viagens são constantes para muitas cidades e países. Carlos Ugalde, um trapezista de 18 anos, nasceu no Chile e já dedicou 12 anos de sua vida ao circo. Morou no Uruguai, Argentina, Peru e há pouco tempo está no Brasil. “Gosto do meu trabalho e da oportunidade de conhecer sempre pessoas e lugares diferentes. A gente nunca sabe o que vai acontecer”, diz Carlos, que por nenhum momento reclama de sua vida flutuante.

Esse espírito aventureiro de buscar o desconhecido e novas emoções lhes fascina. Sua vida nômade se choca com o sedentarismo do mundo moderno.

Treinamento Diário — Para ser artista de circo, deve-se começar desde cedo. É necessário muito esforço físico e dedicação, além de disciplina, pois os treinos diários são obrigatórios. Como diz Carlos: “Mas o mais importante é gostar”. Ele confessa que o risco é constante e reza todas as vezes que sobe no trapézio.

Nos grandes circos, os artistas vivem em trailers sofisticados e bem equipados. Os proprietários possuem uma frota de veículos que transportam os animais. São contratadas pessoas especialmente para a montagem de cenários e bordado das fantasias. Todas as tarefas são divididas entre os artistas.

Mas é no picadeiro que transborda o espírito de união dos integrantes do circo. Cada dificuldade é superada com a ajuda dos demais. Há sempre um companheiro presente no momento de uma queda ou de uma falha.



E o palhaço quem é?

Aquela figura de nariz vermelho, peruca e macacão colorido que arranca risadas, ou até mesmo lágrimas de adultos e crianças é o único artista que ultrapassa o limite do picadeiro. O palhaço atravessa a ponte da magia do show para a realidade do público. Ele tem o caráter do imprevisível e sabe como reagir de acordo com o tipo de público.

Luís Stefanovich Júnior, o Popof do circo Norte-Americano, acredita que para divertir crianças e adultos é preciso ter um dom especial. Não importa o que aconteça durante o espetáculo, o palhaço deve divertir o público. Ele lembra quando uma amiga se machu-

cou com o erro do atirador de facas, durante uma apresentação. “Tive que prosseguir o show para que as pessoas não percebessem, eu estava preocupado e tinha que me mostrar alegre”.

O palhaço também deve se submeter a treinos, pois é necessário estar em boa forma física para as acrobacias durante seus números. Sentado em frente a um espelho muito iluminado e cercado por fantasias e maquiagens, Luís conta que sempre foi apaixonado pelo circo e pelo palhaço. “Eu observava tudo e pegava as manhas, até que um dia apareceu a primeira oportunidade de substituir meu tio. Daí não sai mais”.

*A inexperiência cede
à pressão e ao jogo duro
das raposas do futebol*

Imprensa devolve técnico ao Avaí

Elaine Tavares

Sérgio Lopes tem bons amigos, por isso está agora no comando técnico do Avaí. Desde o início do campeonato estadual os comentaristas da Rádio Guararema e RCE TV exigiam a volta do campeão de 1988. O novo presidente do Clube, Ubiratã Costódio, que não é amigo dos comentaristas, preferiu apostar no técnico Hélio dos Anjos e não quis ceder às críticas e aos pedidos insistentes. Aí começou o jogo de forças, de um lado um presidente inexperiente, de outro as velhas raposas do futebol. Foi marcação cerada, jogo duro. Os maus resultados em campo apareceram como resultado da inoperância do dirigente, que não soube contratar. Venceram as raposas. No dia nove de abril, depois de mais uma derrota do time avaiano, Costódio entrou na cabine da rádio Guararema, no Estádio da Ressacada, e se entregou: "O que é que eu faço?" perguntou. "Chama o Sérgio", disseram em coro os comentaristas. Ele chamou o Sérgio. O Sérgio tá!

A crise no Avaí é coisa séria. Vai além da questão do técnico. "Tem chumbo grosso aí", diz um dirigente. "O furo é mais embaixo", segreda outro. O presidente chamou a imprensa para uma entrevista coletiva afirmando que existem "aves de mau agouro" sobrevoando o Avaí. Segundo ele há uma série de coincidências: no rádio e na TV, uma campanha para desmoralizar o presidente; no campo, os juizes se encarregam de "melar" o espetáculo e na Federação Catarinense de Futebol ninguém está "dando a mínima" para as reclamações do presidente avaiano.

O radialista Miguel Livramento diz que Costódio precisa ser mais maleável. "Se ele não vai lá conversar, a Federação, por pirraça, bota o juiz que eles não querem, que prejudica o Avaí". Sobre isso o presidente do clube é taxativo: "Eu não levo o Avaí para conversas que não sejam claras. Não estou acostumado a trabalhar por baixo dos panos". No Avaí está assim, parece filme de terror. Coisas estranhas acontecendo.

Gritos e Sussurros — Quando Hélio dos Anjos era o treinador, no primeiro turno do campeonato, de vez em quando podia se ver um comentarista "de papo" com um jogador num restaurante da cidade. Nesta época, Sérgio Lopes já estava na ilha, desempregado, sem clube. Na conversa ao pé do ouvido eram plantadas informações de que o Hélio era mole, não tinha pulso. Aí, enquanto o jovem treinador dormia, alguns jogadores articulavam sua queda. Não deu outra. Caiu. Júbilo entre os comentaristas, Sérgio Lopes podia vir como a salvação. O pobre Leão da Ilha estava sem fôlego, sem ganhar uma.



Miguel Livramento e Roberto Alves, campanha por Sérgio Lopes

Mas o presidente avaiano não queria ceder à imprensa, achava que sozinho poderia resolver a crise. Contratou jogadores e chamou Gil Alves, que atuava como gerente de futebol, para treinar o time. Nas entranhas do grupo outros problemas surgiam. Os contratados não mostravam futebol. O grande Mazolinha, do Botafogo Campeão, nada fazia em campo. O time afundava e o fantasma da "segundona" (segunda divisão) começou a assustar. As críticas ficaram mais pesadas, os comentaristas culpavam Costódio. A solução, segundo a Guararema, estava "na praia dos Ingleses" (Sérgio mora lá) e o presidente não via.

Ao contratar Sérgio Lopes no dia nove de abril, Ubiratã Costódio deu a mão à palmatória embora afirme categórico que não se entregou. "O que aconteceu é que o Hélio não resolveu, o Gil não resolveu e a esta altura não dava para trazer alguém de fora. Tinha que ser alguém que conhecesse o Avaí", alegou meio constrangido.

Descendo o Morro da Cruz, Miguel Livramento diz, eufórico: "salvamos o futebol da capital". Como radialista ele acredita que cumpriu seu papel, entende que é missão do homem de imprensa denunciar os erros e dar soluções para os problemas. "No Figueira em 87 foi assim, nós avisamos, pedimos que tirassem o técnico Pinheiro, a direção alvinegra não deu ouvidos e eles caíram para a segunda divisão". Miguel diz ainda que o presidente do Avaí cometeu dois erros, um por não ter experiência e outro por não ter humildade. "Ele tinha que perguntar para alguém o que fazer com o time, quis resolver sozinho, deu na bagunça que deu".

O jornalista Roberto Alves pensa diferente. Ele acredita que o presidente não

trocou de técnico no começo do campeonato por "pura birra". "Costódio é virgem no futebol, muito inocente". Além disto errou ao prometer mundos e fundos para os jogadores e não cumprir. Os problemas internos, segundo Roberto, também ajudaram a agravar a crise. "Houve atraso de pagamentos e o Mazolinha mesmo denunciou que não havia material para treinar". Quanto à atuação da imprensa, ele acredita que foi correta. "Fizemos o certo, todos os dias estamos dando soluções para o futebol da capital. Criticar como fizemos, foi jornalisticamente correto".

Contornos e subornos — Só que para o presidente do Avaí não é bem assim. Ele não nega a falta de experiência no futebol mas diz, com firme convicção, que não precisa perguntar para comentaristas o que ele tem que fazer. "Tenho humildade suficiente para ouvir a minha diretoria e os conselheiros, não vou dar ouvidos a aves de mau agouro", repete. Costódio ainda criticou os jornalistas que usam o poder da imprensa para denegrir e destruir, "não os setoristas, que jamais fizeram isso, mas o que nunca vêm aqui e falam coisas que não sabem".

Mas no rumo do chumbo grosso dirigentes denunciam que a questão é pessoal. "O lance do Sérgio Lopes foi só para desmoralizar o presidente, estão querendo derrubar o Costódio porque ele está promovendo uma auditoria nas contas da administração passada". O presidente confirma a auditoria e diz que já tem em mãos uma série de documentos que provam irregularidades onde muita gente boa está envolvida. "Não vamos com isso promover o revanchismo, as contas do Avaí são uma questão interna". E para quem tem medo do que os documentos

possam revelar, Costódio adianta: "divulgação deste material vai ser decidida pelo Conselho do Clube", assim ele lava as mãos e deixa a bomba para os conselheiros. Mistério...

Pernas de pau — Agora Sérgio Lopes tá. Perdeu o primeiro jogo, perdeu o segundo e os comentaristas dizem que é o período de adaptação. O ex-técnico Gil Alves acha que o problema está no grupo. "Não há vergonha na cara, falta camisa". Ele entende que se houve problemas, isso não bastava para que os jogadores botassem o clube no buraco. "Futebol é vitrine, se tu joga mal tá perdido, aí não tem salário nem clube melhor". Quanto ao seu papel no comando técnico durante tão pouco tempo. Gil avalia que a situação chegou a um ponto tal, que qualquer treinador que pegasse o clube teria sobre si a sombra do Sérgio Lopes. "Foi pressão demais, parecia que o clube não tinha mais condições de funcionar se não viesse o Sérgio Lopes". Só que a esta altura nem o Sérgio está conseguindo resolver a crise do Avaí.

Agora se estabelece um novo jogo de forças. Ubiratã Costódio já cedeu no caso do treinador, mas diz que não entra no jogo de negociatas que rolam dentro do futebol. "Ou a gente estabelece a moral ou nos locupletamos", quer dizer, em bom português, "ou mudamos ou enchemos os bolsos de dinheiro". Ao que parece, Costódio não quer encher os bolsos, nem os dele, nem os de ninguém. Por isso diz que não suborna e tampouco aceita suborno. "As coisas têm que ser as claras, não estou sozinho nesta luta, deve ter mais gente de bom senso".

Mas por outro lado tem gente falando que a campanha de moralidade do Costódio é só um trampolim para as eleições na Federação em 91. O presidente do Avaí quer o lugar de Delfim Peixoto, presidente da Federação Catarinense de Futebol, que não quer se reeleger. Daí as brigas e intrigas. Neste contexto vale mais uma vez a informação. Delfim é amigo dos comentaristas, vai ter o apoio deles. Costódio vai precisar buscar apoio em outros redutos. A RBS se mantém na espera, a Barriga Verde faz o teleprêmios do Avaí.

Com este pano de fundo acontece um jogo, que feito o próprio futebol, ninguém sabe o que pode dar. O repórter Polidoro Jr., também da Guararema e RCE TV, resume a coisa de maneira fatalista e pouco dialética: "o futebol é um círculo vicioso, é sempre a mesma coisa, não há como mudar as regras estabelecidas".

Diante disto, o jeito é esperar o fim do jogo e ver o resultado. Teleprêmios e bingos à parte, vai vencer quem tiver a melhor estratégia. Ou os melhores amigos.



Depois de um mês, Universidade e cultura continuam sem saída

EDITORIAL

Não cruzar os braços

Ricardo Barreto

Chefe do Departamento de Comunicação

Na manhã do dia 11 de abril, alunos e professores do Curso de Jornalismo criaram o fato, virando notícia em dois telejornais e ganhando cobertura dos principais jornais do Estado. Resultado de decisão coletiva, todas as aulas programadas para aquela manhã foram feitas no saguão da Reitoria da UFSC. Era a única maneira possível de impedir que fossem interrompidas as aulas de dez disciplinas, que totalizam 23 turmas, por falta de material de consumo: praças pilhas, fitas VHS, filmes e material fotográfico entre outros inúmeros itens. A manifestação foi seguida de uma audiência da comissão integrada pela Chefia do Departamento de Comunicação, alunos e professores com o reitor Bruno Schlemper, quando foi entregue um documento relatando o quadro crítico do curso. No encontro, foram expostas não só as necessidades emergenciais que evitariam a paralisação das aulas, mas também uma lista de outras necessidades a médio e longo prazos, referentes a equipamento e até, espaço físico.

A manifestação - acrescenta mais um passo na trajetória de luta do Curso de Jornalismo, que em seus dez anos nunca se omitiu em reivindicações justas, internas ou pertinentes à sociedade civil. A luta teve efeito: depois de uma longa reunião com os Pró-Reitores de Ensino e de Administração foram indicados os itens, indispensáveis ao bom andamento das aulas sob risco de continuidade. E, no dia seguinte, liberada uma verba de emergência de Cr\$ 59 mil, muito inferior às necessidades, mas suficiente para garantir o material até que venha nova suplementação de verbas, repassadas do MEC para a UFSC. Da liberação efetuada no início do semestre, após a partilha feita no Centro de Comunicação e Expressão, restou ao Curso de Jornalismo para compra de material de consumo, Cr\$ 7 mil.

A circunstância, emergencial, foi superada, mas apenas temporariamente pelo exíguo prazo de algumas semanas. Na lista original, levada ao conhecimento do reitor, drásticos cortes foram necessários diante da limitada verba disponível, para um curso com tantas especificidades técnicas e com sete Laboratórios que exigem investimentos continuamente. Apenas um exemplo: o próprio jornal que você tem nas mãos, nosso premiado *Zero*, necessitava de orçamento específico para garantia de sua publicação - felizmente ele é garantido por Portaria do mesmo MEC que, atualmente não tem autonomia para liberar recursos, limitado também aos efeitos do "enxugamento de liquidez" do Plano Collor. Mas acabou sendo um dos pontos atendidos.

No entanto, uma série de equipamentos solicitados, não por capricho, mas porque efetivamente são necessários para suprir faltas ou substituir outros, obsoletos, não puderam ser atendidos. É que eles, reconhecidos internamente como "material permanente", ficam para outro capítulo dessa longa novela de reivindicações em uma economia aceleradamente inflacionada desde 1983. Assim, o Laboratório da Agência de Notícias permanece no projeto, o Laboratório de Informática paralisado e o de Rádio vai ter que trabalhar com uma mesa de som avariada. Muito mais do que paciência, é preciso passes de mágica para contornar dificuldades numa Instituição que, em discursos de campanha presidencial, teria apoio. Onde ele está, presidente? Alimentando improdutivas universidades privadas pagas? É certo, é necessário erradicar o analfabetismo deste País, como garantiu o ministro Carlos Chiarelli no dia de sua posse, mas forçosamente, mais uma vez será penalizado o ensino de terceiro grau que, por anos sucessivos sofre sangria em seus recursos (não se preserva sequer os percentuais destinados para

Educação, garantidos pela Emenda Calmon). Na situação em que está, afirma-se agora, o sucateamento da Universidade pública e gratuita. Será necessário repetir uma greve nacional, que no ano passado priorizou, antes de tudo, mais verbas para a educação? Onde estão as cobranças ao governo para que libere recursos para as universidades, dos meios de comunicação que com tanta facilidade atacam a Universidade? São questões pertinentes que só afloram em momentos de crise e a crise tem agora dois sinônimos prováveis: recessão ou até, depressão. São possibilidades conjunturais, comuns a toda sociedade brasileira, até que se abram as já famosas "torneiras" do capital. Porém, fique muito claro, a Universidade pública está vivendo em regime de conta-gotas há vários anos. Aturdida ainda com os efeitos do pacote, a Imprensa parece não ter elucidado todas suas repercussões. Modestamente, podemos dar nossas sugestões.

Nesse quadro, seria ingênuo e até injusto, diante das necessidades dos demais Departamentos desta UFSC, relatar os equipamentos que jamais ousamos pleitear, que ainda permanecem ausentes de nossos Laboratórios. Ou as obras e espaço físico, igualmente urgentes e necessários para o perfil de Universidade que desejamos. Isto, contudo, não significa omissão ou conformismo. Antes, é um duro realismo, com o qual já nos acostumamos a conviver, pois vivemos em economia de guerra há muitos anos e, no Departamento de Comunicação não se desperdiça dinheiro. Mas a frase "não há verbas" só se desvanece com a atitude decisiva da sociedade civil. Como um microcosmo dessa sociedade, fomos à luta, não ganhamos tudo, mas definitivamente não perdemos nossa capacidade de indignar-se e negociar. Avançamos, sem cruzar os braços e fomos ouvidos. Mas o grito permanece: queremos mais.

UFSC pode fechar as portas em maio

Ameaça de demissão e privatização, extinção de órgãos de apoio à cultura, leilão de veículos oficiais e corte drástico nas despesas públicas. Foi assim que o Governo Collor se apresentou nas universidades brasileiras. Sem solução para os problemas existentes, as instituições de ensino superior viram aumentar o leque de dificuldades que enfrentam, agora não mais identificadas com o descaso do Governo Sarney, mas oficializadas como medidas de austeridade do Presidente Fernando Collor de Mello. A Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) não ficou fora das medidas adotadas pelo Governo.

Pedro Saraiva (*)

Com um orçamento geral de Cr\$ 1.351.051.000,00 (valores de fevereiro) dividido em doze parcelas mensais, estando 95% dele comprometido com o pagamento de salários, a UFSC não tem, propriamente, uma situação de estabilidade financeira. Em 1990, como ocorre há muitos anos, a universidade depende de suplementações orçamentárias vultosas para manter-se funcionando. Com os recursos que estão assegurados no orçamento atual, incluindo-se as correções que serão feitas em virtude da inflação, "a UFSC se mantém aberta precariamente até meados de maio", diz o pró-reitor de Administração, Fernando Cherem Fonseca. "Mas a suplementação deve chegar", completa o pró-reitor. No ano passado, entre correções e suplementações, o orçamento de custeio e capital (OCC), rubrica que abarca todo o dinheiro que não está destinado ao pagamento de salários, teve um acréscimo superior a 1000%. Este ano, no entanto, o governo é outro.

Analisando-se um pouco mais detidamente o orçamento da UFSC para 90, em comparação com 89, têm-se até a impressão de uma pequena melhora. No final de 89, computadas todas as suplementações, a OCC correspondia a 4,99% do orçamento geral; em 90, sem suplementação, este valor chega a 5,10%. Porém, o secretário especial de Planejamento, professor Otávio Ferrari Filho, esclarece que "houve um subdimensionamento do orçamento de pessoal", ou seja, o dinheiro necessário para o pagamento da folha vai consumir mais que 95% do orçamento geral. E, de qualquer maneira, é bom lembrar que a universidade havia pedido ao governo o triplo do que foi liberado para custeio e capital.

(*) Com alunos de Técnicas de Entrevista, Reportagem e Pesquisa Jornalística.



Fechamento da farmácia é diagnóstico de paciente grave: a UFSC vai morrer?

Quase parando

Tantos números e porcentagens podem confundir qualquer ser humano, contudo, existem dados que quantificam muito mais claramente a situação econômica deste estabelecimento de ensino: "a universidade não paga as contas de luz e de água desde o começo do ano", como conta o secretário especial de Planejamento. O professor Ferrari conclui: "a solução é pressionar o governo e o Congresso para que se reverta a situação e haja um maior investimento no ensino superior. Nos resta o direito de esperar".

A julgar pelo que falam os diretores de centro da UFSC, motivos para esperar não faltam. No Centro de Ciências Jurídicas (CCJ) e no Centro de Ciências Humanas (CCH), os fundos destinados a comprar papéis, fitas, xerox, enfim, todo o material de consumo, chegam à impressionante cifra de Cr\$ 500,00 (quinhentos cruzeiros mesmo!) por Centro. Já no Centro de Ciências Físicas e Matemáticas (CFM), a vedação da caixa d'água do prédio, uma obra necessária, custaria quase cinco vezes mais que toda a verba de manutenção. E a lista de reclamações continua: o curso de Jornalismo está ameaçado de ficar sem filme fotográfico e impossibilitado de gravar vídeos e entrevistas; os microscópios do Centro de Ciências Biológicas (CCB) completamente ultrapassados (alguns chegam a ter 24 anos, quando a vida útil desta aparelhagem varia de cinco a dez anos) e os recursos alocados para

a aquisição deste tipo de material não compram sequer um destes equipamentos. Os microscópios do curso de Farmácia Bioquímica também há muito tempo passaram da juventude, estão com 16 anos de uso e sem perspectivas de reposição.

A piscina, semi-olímpica do Centro de Desportos (CDS), utilizada por mais de 400 pessoas, acabou por se tornar um imenso ralo por onde escorrem os minguidos cruzeiros disponíveis. "Uma verdadeira dor de cabeça", lamenta o professor Joel Cardoso, diretor do CDS, cogitando a hipótese de diminuir ou paralisar as atividades aquáticas caso não receba um socorro financeiro. Aguardando ajuda e afogado num orçamento que representa apenas 3,2% dos valores solicitados, o Centro de Ciências da Saúde (CCS) sofre com a penúria instalada na UFSC. Os professores que dependem das verbas oficiais para viagem constatarão que cada um dos 344 membros do corpo docente do CCS conta com Cr\$ 178,00 para esse fim, valor que não chega a comprar uma passagem só de ida para Blumenau.

Na mesma viagem sem volta encontra-se o curso de Farmácia, que trava uma batalha de vida ou morte com a falta de dinheiro. Se num prazo de um mês não for conseguida a quantia de Cr\$ 2 milhões para aplicação imediata, a farmácia-escola, que proporciona o estágio obrigatório para a conclusão do curso, terá que fechar suas portas. E o chefe do Departamento de Ciências

Romir Rocha



O leilão dos ônibus vai deixar vários cursos sem aulas práticas

► Farmacêuticas, Gunter José Ammon, lembra que "sem farmácia-escola não há estágio e sem estágio não há formação".

Despencando

Nesta luta ingrata contra a pobreza crônica, o curso de Química parece próximo do suspiro final. Com 17 laboratórios funcionando num estado de absoluta precariedade e esperando o término do novo prédio, que já tem 80% da obra realizada, o curso não sabe quando poderá fazer a tão ambicionada mudança: a construção, quase pronta, está parada por falta de recursos e não tem data para reiniciar. Enquanto isto, equipamentos avaliados em torno de US\$ 600 mil estão prestes a chegar, mas não existirá espaço físico adequado para a sua instalação e conservação.

O professor Waldir Rosa Correa, chefe do Departamento de Química, diz que o curso tem uma verba de Cr\$ 28,00 cruzeiros por aluno, o que não permite a compra de um litro de álcool (Cr\$ 36,00). A faculdade, única do sul do Brasil a oferecer doutorado em Química, vinha se mantendo com material de laboratório doado pelo governo alemão há mais de 15 anos, mas agora este estoque está acabando.

Acabando também está a segurança do Colégio de Aplicação da universidade (CA). "Caso ocorra um incêndio no Colégio nem adianta correr para as mangueiras de emergência: não existirá água suficiente para apagar o fogo", denuncia o professor Antônio Monteiro, vice-diretor do C.A. Desde a greve de 1989 que a instalação de uma caixa d'água maior está paralisada por falta de recursos. Outro trabalho que está esperando dinheiro para ser realizado é a reforma da biblioteca do Colégio: o forro começou a despencar e agora está sendo sustentado por nove estacas improvisa-

das. O salão da biblioteca, naturalmente, foi interditado para os alunos, pois "se alguém esbarrar numa estaca, pode acontecer um acidente sério", explica o professor Monteiro. "Mas não adianta pedir para a reitoria o dinheiro que ela não tem, é preciso reclamar com o governo federal".

Sem respostas

Na tentativa de contornar os problemas vale tudo, até mesmo alunos e professores abrirem as carteiras para financiar o ensino público e gratuito, como acontece em alguns Centros. Já no Centro Tecnológico (CTC) a maneira encontrada para suprir as deficiências orçamentárias foi o desenvolvimento de pesquisas e convênios com empresas. Segundo o professor Antônio Diomário de Queiroz, diretor do CTC, "estes convênios são de extrema importância, pois são eles que permitem a evolução tecnológica dos cursos". No entanto, nem todos os cursos possuem uma gama tão ampla de convênios quanto, por exemplo, a Engenharia Mecânica. Neste caso se encontram cursos como Computação e Arquitetura, que não têm outra saída a não ser sobreviver com as míseras verbas que recebem. Verbas que representam 3,5% do total pedido pelo CTC.

Para garantir algum dinheiro e manter as condições mínimas de aprendizado nas suas áreas, certos cursos escolheram o caminho da pressão direta. O curso de Farmácia foi em caravana até a pró-reitoria de Ensino e Graduação buscar uma solução para a farmácia-escola e o curso de Jornalismo transferiu as aulas do último dia 11 de abril para o prédio da reitoria, aproveitando para explicar as dificuldades que enfrenta e negociar a compra do material necessário para chegar ao final do primeiro semestre de 90.

Por seu lado, o reitor Bruno Schlem-

per Júnior viajou para Brasília no final do mês de março, para, reunido com seus pares do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras (CRUB), pedir ao ministro da Educação, Carlos Chiareli, a liberação antecipada dos recursos e uma possível suplementação de verbas. O CRUB tenta traçar uma pauta de reivindicações unificada entre as instituições de ensino superior, para dar mais força aos seus argumentos e sensibilizar o governo Collor. Apesar disso, ainda não houve nenhuma resposta concreta.

A pé

Na mesma reunião, foram tratadas outras questões, não mais relativas aos problemas que o novo governo não resolveu, mas aos que ele criou, como a venda dos carros e ônibus das universidades. O Decreto 99.178 de 15 de março determina que os veículos de representação do funcionalismo federal (aí incluídos os ônibus) devem ser leiloados em dois meses. Em outras palavras: aqui na UFSC, além do reitor perder seu carro com motorista, as viagens de estudo estão suspensas até segunda ordem.

O Centro de Ciências Agrárias (CCA) vê a venda dos veículos das universidades como um risco alarmante para a formação dos alunos do curso de Agronomia. As preocupações dos futuros agrônomos são sintetizadas, com apreensão, pelo diretor do CCA, professor Mário Luiz Vicenzi: "não se lança um profissional apenas acadêmico no mercado, ele precisa conhecer pessoalmente a realidade agrícola de Santa Catarina".

Também no Centro de Ciências da Saúde (CCS) e no Centro de Ciências Biológicas (CCB) a venda dos ônibus traz impecilhos para a manutenção das atividades didáticas que vinham sendo desenvolvidas. O curso de Enfermagem fazia viagens ao Hospital Colônia Santana e, por enquanto, só estão nas aulas



Ivaldo Brasil Jr.



No CA, teto está caindo e teve que ser escorado provisoriamente com estacas

teóricas. "Se os ônibus não forem liberados torna-se inviável a continuação deste trabalho", pondera o Dr. Lumar Valmor Bertoli, diretor do CCS. No CCB o caso é semelhante: as disciplinas práticas de biologia não serão práticas se não tiverem trabalho de campo e, sem ônibus, fica difícil para que as turmas possam sair a campo.

Dentro do Departamento Artístico Cultural (DAC), já bastante atingido pelo fim da Lei Sarney e pela extinção de inúmeros órgãos federais que incentivavam a cultura, está se chegando à conclusão de que o Brasil perdeu o bonde da história, ou melhor, o ônibus. Como afirma Joi Cletson, diretor do DAC, "assim fica impossível fazer apresentações de coral ou teatro fora do campus da UFSC".

Temor

Entre os fatos novos que chegaram com o governo Collor se encontra um que toca diretamente na pesquisa. A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, CAPES, responsável por dois terços das bolsas de pós-graduação e financiadora de bolsas para professores e alunos, foi sumariamente extinta. Mesmo tendo um custo operacional de apenas 0,15% do total de recursos repassados às universidades, a CAPES não sobreviveu ao programa de austeridade.

Existem outros detalhes dignos de nota na reforma administrativa promovida pelo novo presidente. Um deles não passa de um inciso que coloca como dever do funcionário público federal "ser leal às instituições em que trabalha".

No vasto universo conceitual em que a "lealdade" navega, orbitam, pelo menos, uma dúzia de definições nada democráticas que se tornam ameaçadoras, se elevadas ao status de lei. A presidente da Associação dos Servidores da UFUS (ASUFSC), Maria Helena Dalri, teme que através de leis como esta se crie "uma atmosfera de patulhismo entre os funcionários".

Enquanto as medidas governamentais vão sendo assimiladas pela rotina da UFSC, as entidades organizadas da comunidade universitária, vendo nelas a intenção de realizar demissões em massa e de iniciar um processo de privatização da universidade, posicionam-se. A Associação dos Professores da UFSC (APUFSC) se coloca frontalmente contra o que chama de "arbitrariedades", cometidas no caminho da contenção de despesas e critica o plano "Brasil Novo" no seu todo.

Falta de pessoal

Mantendo-se em assembléia geral permanente, a APUFSC tenta discutir soluções e fazer pressão contra o plano, que diz ser "equivalente a um ato inconstitucional n.º 5 expandido". De avaliações semelhantes compartilham a ASUFSC e Diretório Central dos Estudantes (DCE) que dialogam com a APUFSC e com a associação dos pós-graduandos da UFSC no sentido de traçar objetivos e manifestações conjuntas que sejam mais eficazes. A presidente da ASUFSC afirma a intenção do movimento unificado de "defender a instituição" e diz acreditar que "quando o governo Collor baixar um pacote específico para as universidades públicas haverá demissões".

O fantasma da falta de pessoal, em alguns lugares, como na Biblioteca Universitária, no Colégio de Aplicação e no Hospital Universitário, já está assombrando muita gente. Como explica o pró-reitor de Administração, Fernando Cherm Fonseca, "a Lei de Diretrizes Orçamentárias, aprovada em 1988 no Congresso, limita as contratações a 50% das vagas que forem abertas". Isto significa dizer que se um funcionário morre e outro pede demissão, será contratada apenas uma pessoa para exercer a função dos dois antigos empregados.

Além das disposições da lei de diretrizes orçamentárias, dois outros fatos ajudam a dar cores mais reais ao "fantasma". Primeiro: sabe-se que pelo menos 300 profissionais da UFSC, entre professores e servidores, já possuem tempo de serviço suficiente para pedir aposentadoria. Fora os empregados que, somando os anos de trabalho fora da universidade com o tempo de UFSC, se encontram na mesma situação. Segundo: está para sair o regime jurídico único para o funcionalismo federal, que transformará os servidores da UFSC em estatutários e proporcionará o direito à aposentadoria integral.

Avaliando estes três fatos dentro do mesmo contexto, tanto o pró-reitor de Administração quanto a presidente da ASUFSC, Maria Helena Dalri, chegaram à mesma conclusão: "isto provavelmente vai trazer problemas de falta de pessoal".



Colégio modelo já é quase um mau exemplo

Pedro Saraiva

O Colégio de Aplicação da UFSC (C.A) enfrenta problemas pelos quais também passa a universidade: falta de dinheiro, falta de espaço físico e falta pessoal. "Nunca estivemos tão mal", afirma o professor Antônio Monteiro, vice-diretor do C.A, resumindo a situação em que se encontra o Aplicação, ainda hoje um dos melhores colégios do estado.

Ao iniciar o ano letivo de 1990, o Colégio de Aplicação não tinha sequer o número de professores necessário para atender a todas as turmas. Resultado: 16 classes ficaram sem aula em algumas disciplinas, enquanto aguardavam uma solução. A solução não veio, mas os modos de contornar as dificuldades acabaram sendo sobrecarregar os professores, contratar alunos de pós-graduação e solicitar profissionais emprestados ao governo estadual — que ao contrário do governo federal, ainda cede funcionários. A professora Terezinha de Fátima Pinheiro, diretora do C.A, explica que nos últimos anos houve um aumento de 60 aulas semanais, contudo o número total de profissionais disponíveis permaneceu o mesmo.

Além de professores o C.A precisa de funcionários. Com 31 servidores para realizar todos os trabalhos de limpeza, secretaria, inspetoria, organização de conceitos e matrícula dos 1.272 alunos (que é feita no próprio Colégio), o Aplicação necessita de, pelo menos, mais três funcionários, como informa o professor Monteiro.

Se o assunto for verba e espaço físico, também há muito do que reclamar. O Colégio de Aplicação já estourou quase todas as verbas existentes e, em alguns casos, está devendo dinheiro. Na Imprensa Universitária, por exemplo, o C.A está com Cr\$ 7 mil negativo e pleiteando o direito de gastar mais Cr\$ 11 mil, para poder imprimir as agendas dos alunos do primário. Por falta de moeda sonante, estão em compasso de espera obras como a reforma da biblioteca do Colégio, que está interdita para os alunos, com o teto caindo e sustentada por nove estacas de madeira. Também paralisada se encontra a construção de uma caixa d'água maior.

No bolso, o confisco
e na imprensa,
muito despreparo

O pacote embrulhou também o noticiário

Rosane Porto

A sexta-feira, 16 de março, entrou na vida do brasileiro com cara de sexta-feira 13. Uma sexta-feira perplexa. Pelas TVs, o governo Collor invadiu milhares de casas e contas bancárias. A invasão veio como uma nevasca, congelando preços, depósitos em cadernetas de poupança e "overnight". Durante toda a sexta-feira, a programação televisiva, que deveria tirar dúvidas, foi comandada pelo mau humor dos apresentadores e comentaristas econômicos. Todos, sem exceção, fizeram malabarismo com as informações desencontradas obtidas dos representantes do governo. Lillian Witte Fibe, Paulo Henrique Amorim, Joelmir Beting, Alexandre Garcia (Rede Globo), Carlos Chagas, Villas-Boas Correa (Rede Manchete) e Boris Casoy (SBT) não esconderam a irritação diante das medidas e informações confusas de Zélia Cardoso de Mello, ministra da Economia e assessores.

No primeiro sábado da era Collor, os jornais chegam às bancas com a tinta carregada. Foi o final de semana das cartilhas, manuais de instruções com noções também desencontradas e sequer definitivas sobre como descongelar fundos e sobreviver num país onde o dinheiro tinha sumido. Foi um sábado de gafes e "erramos ao informar". Precipitada e baseada em informações inseguras, a imprensa de uma forma geral dificultou a digestão do plano de estabilização econômica. Em cada troca de canal ou virada de página, quem pensava já estar dominando a linguagem do Plano teve novas surpresas, correções e acréscimos que começaram na própria edição das Medidas Provisórias. Longas sessões de esclarecimento foram protagonizadas pela equipe econômica do Governo, que fez plantão em praticamente todos os programas televisivos.

Na segunda-feira, depois de um final de semana tempestuoso, o brasileiro acorda com as primeiras pesquisas de opinião estampadas nas capas dos principais jornais do país. Pesquisas dando conta do polpudo apoio popular às novas medidas econômicas, cujos efeitos futuros boa parte da população parecia ainda não ter compreendido. Nas revistas semanais surge a figura do delegado Romeu Tuma, diretor da Polícia e Receita Federal, apelidado de "xerife da truculência". Só na primeira semana de vida do Plano, Tuma por pouco não lota os

cubículos da Polícia Federal, com a prisão de gerentes de bancos, supermercados, farmácias, donos de editoras e até diretores de um jornal. Todos suspeitos de cometer crimes "do colarinho branco", que passaram a dividir as celas com contrabandistas, seqüestradores e traficantes.

Depois de vários dias imprimindo e veiculando informações equivocadas, a imprensa brasileira começa a mostrar a face escura do Plano Collor. O requinte do delegado Romeu Tuma foi a prisão de dois diretores do jornal Folha de São Paulo, Pedro Pinciroli e Renato Castanhari, acusados de cobrar em cruzeiros faturas de anúncios publicitários emitidos em cruzados novos, mecanismo regulado pela Medida Provisória 172, assinada pela Ministra da Economia, Zélia Cardoso de Mello. Dois agentes da Polícia Federal armados e seis fiscais da Receita Federal invadiram o prédio da Folha de São Paulo, numa arbitrariedade cometida ao abrigo do "Brasil Novo" de Collor. Depois da invasão, a Folha desencadeia uma campanha aberta contra as prisões comandadas pelo delegado Romeu Tuma, e contra o Presidente a quem chama de "nazista".

Ao contrário da maior parte dos jornais e algumas emissoras, a Rede Globo de Televisão sai na defesa do Plano Collor e limita-se a divulgar apenas o lado positivo das medidas, como a promessa de reduzir a inflação para zero. Os outros órgãos recheiam os jornais com as confusões nas agências bancárias, novas prisões de supermercadistas, ameaças de demissões, férias coletivas e a perplexidade do consumidor diante dos produtos, congelados mais uma vez em preços máximos. Os noticiários deixaram de lado as cartilhas educativas e passam a atribuir ao governo a responsabilidade pelos desvãos das medidas econômicas.

O "Brasil Novo" completará 15 dias de vida. O Congresso Nacional passa a discutir e votar as Medidas Provisórias. O cruzeiro começa a circular. As filas nos bancos aumenta com a proximidade das datas de pagamento das empresas. As manchetes passam a ser carregadas de críticas e dúvidas em relação à eficácia do Plano Collor. Ainda assim, a Rede Globo insiste na paternidade das novas medidas. Mas a maior parte dos órgãos de comunicação se refaz do susto da sexta-feira 16 de março e reassume o papel de estampar nos noticiários as duas — ou mais — faces do cruzeiro.



Plano coloca ao
desabrigo uma área
sensível e vital

País está sem política cultural

Márcia Dutra

A extinção de oito instituições culturais e da Lei Sarney pelo Presidente Fernando Collor de Mello, através da medida provisória 150, levou os secretários de Cultura dos Estados a se reunirem em Brasília, com o objetivo de influenciar e apressar as decisões do governo para uma política cultural. Desta reunião, que teve a presença de Zuleika Lenzi, Secretária de Cultura e Esporte de Santa Catarina, saíram emendas à medida provisória. A principal proposta foi a criação do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Cultura (FNDC), baseado no Fundo Nacional de Educação (FNE), que tem trazido ótimos resultados à educação. Mas Collor de Mello vetou todas as emendas.

O bombardeio do dia 16 de março, repetido no veto, atingiu a cultura em cheio: foram extintas a Embrafilme, a Funarte (Fundação Nacional de Artes), a Fundacen (Fundação Nacional de Artes Cênicas), a Fundação do Cinema Brasileiro, o Pró-Memória, o Pró-Leitura, a Fundação do Café, a Fundação Cultural Palmares e a Lei Sarney, sendo esta um incentivo fiscal que autorizava a dedução no Imposto de Renda de empresas privadas que aplicavam verbas em projetos culturais.

Se fosse aprovada a proposta dos se-

cretários de Cultura da criação do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Cultura (FNDC), ele teria por finalidade, como constava nas emendas, captar recursos financeiros e canalizá-los para o financiamento de projetos culturais. Os recursos para o Fundo seriam provenientes de incentivos fiscais, convênios ou acordos culturais, doações, contribuições, juros bancários decorrentes de aplicações financeiras feitas pela Secretaria e de várias outras fontes.

Para a secretária Zuleika Lenzi, o FNDC seria um substituto, "mais rigoroso", da Lei Sarney. O FNDC seria administrado por um comitê, também proposto nas emendas, formado por representantes dos órgãos federais de cultura e das Secretarias Estaduais. Esse comitê funcionaria como um conselho deliberativo do Fundo Nacional de Cultura.

As emendas apresentadas pelo deputado Hermes Zanetti, do PMDB-RS, propunham, além da criação do FNDC, a privatização da Embrafilme, maiores responsabilidades para as Secretarias de Cultura dos estados e algumas mudanças no novo organograma da Secretaria Geral de Cultura.

A secretária Zuleika Lenzi diz que por enquanto, a política cultural do novo governo ainda não está nada articulada. O secretário Geral, Ipojuca Pontes, ainda pretende ouvir a todos os secretários



Fotos: Romir Rocha

Zuleika: "Nada articulado"

estaduais. Está prevista uma reunião para o final do mês de abril.

Quanto à política da Secretaria no estado de Santa Catarina, Zuleika afirmou: "Cabe ao estado a parte mais cara! O governo estadual deve gastar nas construções de casas culturais, restaurações de teatros e museus e, principalmente na formação de mão-de-obra especializada. O incentivo à criação de eventos nos municípios também é uma meta da Secretaria de Cultura".

Os recursos financeiros, que já não são muitos, acabam divididos entre os vários setores artísticos do estado. Para essa distribuição, o governo estadual lança os editais convocando a todos os interessados a concorrerem com seus projetos. Membros da secretaria e representantes das áreas interessadas selecionam os projetos, que serão financiados pela verba estadual. "É uma maneira de democratizar as poucas verbas", conclui a secretária.

Arte vira luxo no CIC



Ingressos caros esvaziam platéia no teatro do CIC.

CIC Centro Integrado de Cultura ou CEC (Centro Elitizado de Cultura)? Este é o título do documento entregue pelos alunos do Curso de Ciências Humanas à Reitoria da UFSC e ao Jornal Universitário. O documento é um apelo aos órgãos competentes para que não se repitam casos como o da apresentação do Ballet de Camaguey, Cubano, que no dia 20 de março teve uma platéia de quase 800 cadeiras vazias. O espetáculo foi no CIC e o preço nada popular de Cr\$ 1.300,00.

Segundo os alunos, "se um curso de Ciências Exatas necessita de laboratórios para análise e prática do que é aprendido teoricamente, um curso de Ciências Humanas precisa

de eventos culturais para desenvolver o espírito daquele que entra em contato com a construção do imaginário social".

Os universitários terminam o documento pedindo aos órgãos que promovam eventos culturais do Estado, que estes sejam melhor programados. E com uma parcela dos ingressos vendida a preços mais acessíveis.

Essa reivindicação parece caber no momento cultural em que vive o país. O novo Secretário Geral, Ipojuca Pontes, disse em entrevista à Folha de São Paulo que "o importante é fazer a massa trabalhadora absorver cultura".



Cinema catarinense atingido duramente pelas extinções

Márcia Dutra

A extinção da Fundação do Cinema Brasileiro nocauteou os planos dos cineastas Norberto Depizzolatti, 37, e José Henrique Nunes Pires, Zéka, 28, diretores do filme "Manhã", baseado no poema "A Morte do Leiteiro", de Carlos Drummond de Andrade. Em 30 anos, é primeiro filme produzido em Santa Catarina na bitola comercial de 35 mm. E a sua finalização, que estava a cargo da Fundação, foi suspensa. Agora, Norberto e Zéka aguardam o material retornar da Fundação para buscarem patrocínio de empresas privadas que garanta a conclusão do trabalho. "Vou usar até o meu salário, se for o caso, para terminar esse filme", comenta, sorrindo, Norberto.

A relação Estado-Cultura é o nó da questão. Os diretores Norberto e Zéka viram a extinção da Fundação do Cinema Brasileiro, da Embrafilme e das outras seis fundações culturais como um atraso para a cultura brasileira. Consideram que a privatização da produção de bens culturais traz prejuízos à cultura popular. "Nosso maior temor é que projetos de pesquisas que dão ênfase às peculiaridades das regiões não tenham mais espaços, por serem sem fins comerciais", e ainda completam: "O desenvolvimento da cultura deve visar o fortalecimento do produto cultural de cada região. O País inteiro não pode falar igual à novela das oito".

Eles apontam como uma grande conquista na busca deste fortalecimento em



Renato e Zeca têm dificuldades para a finalização do curta "Manhã"

Florianópolis o Fundo Municipal de Cinema (Fumcine), que entrou em vigor em fevereiro deste ano. Esse Fundo foi resultado das boas relações da Associação Cultural Cinemateca Catarinense, criada em 1984, e do Sindicato dos Artistas e Técnicos em Espetáculos e Diversões (SATED), com o município. o Fumcine tem 5% do Imposto sobre Serviços (ISS) arrecadado mensalmente pela prefeitura na bilheteria dos cinemas de Florianópolis. Atualmente, essa quantia chega em torno de 80 mil cruzeiros, destinados à compra e manutenção de equipamentos e, principalmente, às produ-

ções e pesquisas.

No âmbito estadual, a Fundação Catarinense de Cultura também auxilia as produções através de Editais Cinematográficos, selecionando e financiando alguns projetos. "É uma contribuição pequena do Estado de Santa Catarina para o cinema local, mas já é o princípio de um bom diálogo", comenta Zéka. Os diretores pensam que o Estado não deve tutelar a cultura e sim criar meios eficientes de financiá-la. Eles acham que as fundações necessitavam ter suas estruturas administrativas modificadas, mas não concordam com suas extinções.

"Fracassos administrativos" na cultura

Márlis Silveira da Silva, Presidente do Sindicato dos Artistas, ator e diretor do "Grupo A", atuando há dez anos em Florianópolis, gostou da extinção das instituições culturais. Alega que eram ineficientes, "verdadeiros fracassos administrativos, resultado de jogo de interesses". Eram "Clás Culturais e suas estruturas foram corrompidas por vícios, empreguimos e ideologismos". Suas atividades administrativas usavam toda a verba destinada a projetos culturais e um mecanismo de fiscalização inadequado contribuiu para que se tornassem caras, com pouco retorno cultural à comunidade, segundo Márlis.

A Secretária de Esporte e Cultura, Zuleika Lenzi, admite que a Lei Sarney, em vigor desde julho de 1986, por exemplo, à medida que permitiu que empre-

sas nacionais e multinacionais criassem suas fundações, acabou, em alguns casos sendo mal interpretada. Algumas fundações se beneficiaram da Lei para lesar o imposto de renda. "Sem dúvida uma lei de incentivos mais ampla terá que ser criada, mas devemos cuidar para que essa não caia nos mesmos erros da Lei Sarney", conclui a Secretária.

Os cineastas Norberto Depizzolatti e Zéka Pires concordaram com o fim das fundações, já quanto à Lei Sarney, não hesitaram em apoiar a sua extinção, "Os pequenos produtores não usufruíram, de fato, da Lei Sarney. Os mecanismos para acioná-la eram muito complexos e levavam tempo, desta forma não nos beneficiou".

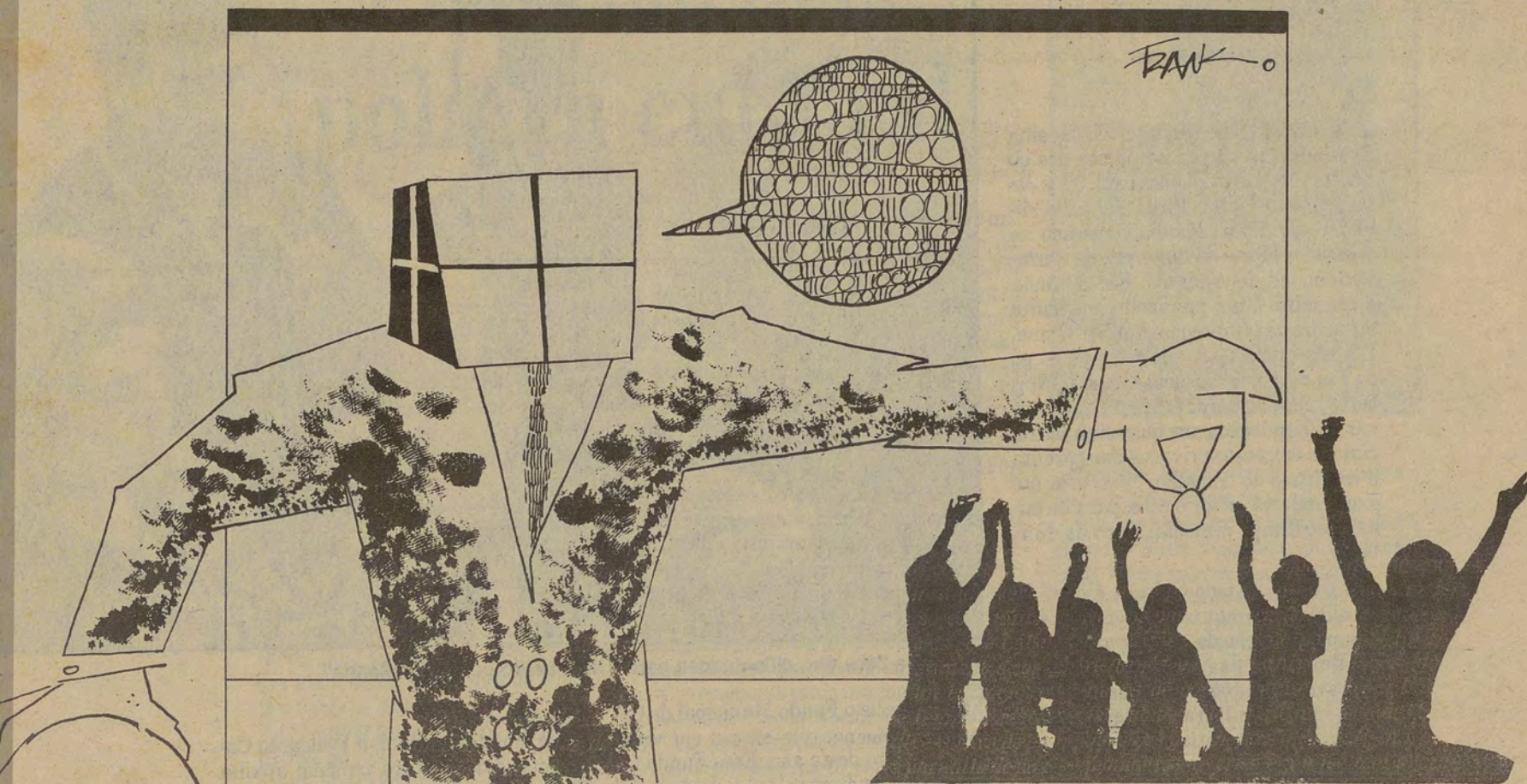
Uma avaliação criteriosa de toda a

antiga estrutura está na pauta do governo federal. Já foram criadas duas autarquias, o Instituto Nacional de Apoio às Atividades Culturais (Inac) e o Instituto do Patrimônio Histórico Nacional (Iphan), para dar conta de todas as áreas. Ao Inac ficarão os encargos da Embrafilme, cuja privatização foi vetada pelo Presidente. A Fundacen, a Funart, a Fundação do Cinema Brasileiro e a Fundação Palmares também terão seus compromissos atribuídos ao Inac. Ao Iphan caberá a responsabilidade de assegurar a formação da consciência coletiva de preservação e conservação do Patrimônio Histórico-Artístico e Cultural. A idéia é que estas autarquias tenham mais autonomia e, conseqüentemente, maior responsabilidade administrativa.



Arrocho salarial,
confisco de depósitos
e demissões

O país que o "Brasil Novo" criou



Nilva Bianco

Com muita elegância, a ministra da Economia Zélia Cardoso de Mello baixou o maior pacote da história do Brasil. "Estou confiante em que os setores empresariais e o Congresso Nacional apoiarão as medidas governamentais", afirmou no dia 16 de março ao assumir o Ministério e anunciar o Plano Brasil Novo. Mais de um mês depois, as esperanças da ministra se concretizaram. O Congresso aprovou o plano em suas linhas gerais, inclusive no limite dos saques da poupança, o ponto mais polémico.

Buscando a queda da inflação (84,32% em março) e do déficit público, o governo adotou medidas radicais baseadas, principalmente, nas reformas monetária, fiscal e administrativa. Todos os que acreditaram na promessa de que as cadernetas de poupança seriam intocáveis no governo Collor foram pegos de surpresa. O novo plano confiscou cadernetas e depósitos à vista acima de 50 mil cruzeiros — um nome que volta à cena — e reteve 80% dos investimentos a curto prazo.

Na tentativa de diminuir a dívida interna, o governo tirou 115 bilhões de dólares do mercado, deixando cerca de 35 bilhões em circulação. Afrânio Boppré, supervisor regional do DIEESE,

afirma que o primeiro erro do plano é não fazer nenhuma distinção entre o trabalhador que faz economia e o especulador que move a ciranda financeira. Para Boppré, além de ser inconstitucional, a medida tem caráter puramente contábil, podendo causar uma grande recessão, cujo ônus será pago pelo trabalhador, uma vez que a tendência é de que haja uma retração da atividade produtiva por falta de dinheiro.

Na parte fiscal, o governo pretende superar o atual déficit de 8% do Produto Interno Bruto (PIB) — (US\$ 360 bilhões) chegando a um superávit de 2%. As alternativas encontradas pelo plano são o fim da isenção de impostos e subsídios, a taxação sobre produção e propriedade agrícolas, grandes fortunas e operações financeiras. Também prevê a privatização de estatais e demissão de funcionários, além do reajuste de tarifas públicas, que chegou a 83,5%. Na opinião do técnico do DIEESE, novamente as medidas esbarram na inconstitucionalidade, uma vez que qualquer mudança na política de arrecadação deve ser prevista no ano anterior. Também podem provocar sintomas inflacionários e recessivos, pois com o aumento tributário do produtor, este acaba repassando as despesas para o produto.

A política de rendas trouxe, por um lado, o tão negado congelamento, e de outro uma nova política salarial, ambos conhecidos de outros planos. Afrânio

Boppré diz que ao mesmo tempo em que o congelamento foi algo ilusório, o que pode acabar reduzido é o salário, mais arrochado do que em qualquer outro plano com os 45 dias de inflação não incorporados ao pagamento de março. O salário mínimo também terá perdas, sendo reajustado mensalmente de acordo com uma cesta básica mais 5% trimestralmente.

O sistema de pre-fixação de preços e salários prevê que o governo divulgará a cada início de mês o índice que corrigirá os preços e no dia 15, já com a projeção da inflação, será divulgado o índice que corrigirá os salários. Na opinião do técnico, esse sistema traz o perigo do desabastecimento de produtos na segunda quinzena do mês, devido a um provável interesse de empresários e comerciantes em reter os produtos esperando pela próxima pre-fixação.

A liberação da importação a pretexto de uma modernização da economia é o principal fator da nova política cambial e "deixa o mercado brasileiro desprotegido e subserviente frente a interesses internacionais", analisa Boppré.

Além dos pontos básicos que se desdobram em uma complicada rede, o Plano Brasil Novo prevê uma profunda mudança na área administrativa, extinguindo órgãos públicos (21 aprovados pelo Congresso), demitindo milhares de funcionários sem estabilidade e cortando despesas.